

ACTA Nº. 41

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2/11/1976

No dia dois de Novembro de mil novecentos e setenta e seis, nesta cidade de Aveiro, edifício dos Paços do Concelho e Sala das Reuniões da Câmara Municipal, reuniu ordinariamente a Comissão Administrativa da mesma Câmara Municipal, sob a presidência do Presidente Sr. Dr. Flávio Ferreira Sardo e com a presença dos Vice-Presidentes Srs. Carlos Alberto da Silva Jerónimo e Orlando Moreira de Campos Cruz e dos Vogais Srs. Dr. Joaquim António Calheiros da Silveira, Dr. Armando Seabra, Dr. Gilberto Parca Madal e Alberto Gomes de Andrade.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foi aprovada com dispensa de leitura a acta da reunião anterior, que vai ser assinada. - - - - -

Em seguida foi deliberado considerar devidamente justificadas as faltas dadas pelos Vogais Srs. Alfredo do Sameiro Pereira Bacelar Alves e João Evangelista Vieira Sarabando, sendo dado início aos trabalhos. - - - - -

Mercado de José Estevão - Arrematação de bancas - Em face da participação do cobrador do Mercado em epígrafe foi deliberado, por unanimidade, pôr em arrematação, nas condições habituais, o direito de ocupação da banca nº.8 da Placa A do mesmo Mercado, devendo a arrematação realizar-se na próxima reunião. - - - - -

Processos de obras particulares - Foi presente o processo de obras nº. 588-A/76, em que Alberto Gomes de Oliveira apresenta projecto para legalizar a construção de uma moradia nos Arealis de Esgueira, sendo deliberado, por unanimidade, deferir a petição. - - - - -

Arranjo do Largo de S. Gonçalinho - Foi presente o orçamento apresentado pelo Sr. Salustiano Duarte Ribeiro, para pavimentação de calçadas no Largo de S. Gonçalinho, ao preço de 180\$00 ou 230\$00, por cada metro quadrado, respectivamente para a pavimentação a vidraço branco ou a preto e branco conforme desenho elaborado pelo G.U. . - - - - -

A Comissão deliberou, por unanimidade, aprovar a última solução pela importância total de 134 320\$00.

Trânsito - Por proposta do Vogal Sr. Dr. Joaquim Silveira foi deliberado, por unanimidade, mandar colocar uma placa de sinalização de sentido obrigatório na placa separadora existente no final da Rua da Liberdade, lado norte, em Matadugos. - - - - -

100-5-11 (Uruay)

Funcionalismo municipal - Concursos - Foi presente o processo de concurso para provimento do cargo de veterinário municipal do 2º. partido, com sede e residência obrigatória em Aradas, aberto por aviso publicado no Diário da República, 3ª. série, nº. 230, de 30 de Setembro último, sendo deliberado, por unanimidade, admitir definitivamente os seguintes candidatos, que foram classificados no 3º. grupo: Carlos Alberto Soares da Silva, Luís Augusto Cerdeira Fernandes e Maria Alcina Pereira de Magalhães Paulos Tavares. - - - - -

Seguidamente, procedendo-se à votação em escrutínio secreto, nos termos do artigo 349º. do Código Administrativo, foi deliberado por maioria de 6 votos a favor e um voto em branco, nomear para a referida vaga o Dr. Carlos Alberto Soares da Silva. - - - - -

Edifício comercial - O Sr. Presidente deu a conhecer que, na sequência da deliberação tomada em 7 de Setembro último, tinha sido realizada uma reunião com elementos representativos da Caixa Geral de Depósitos, os quais justificaram a necessidade absoluta de ampliação das suas instalações, tendo sido posto o problema de que se a Câmara, futuramente, construísse um imóvel no terreno anexo, estariam interessadas na ocupação de um piso mas, para já, o edifício comercial satisfaria as suas pretensões, mediante a cedência a título definitivo, por venda ou arrendamento. - - - - -

Disse também que à semelhança do que se tem feito em casos análogos, reconhecendo a conveniência de encarregar um perito estrangeiro ao Município de apresentar um estudo para as duas hipóteses, tinha contactado o Sr. Engº. Tavares da Conceição, para esse efeito. - - - - -

Posto este assunto à discussão, o Vogal Sr. Dr. Gilberto Madal dis- se que continuava a chamar a atenção para o facto de a Câmara, ao ceder o edifício comercial à Caixa Geral de Depósitos, não contribuir para aquele interes- se público que teria se fosse destinado a um fim mais útil. - - - - -

O Vogal Sr. Dr. Joaquim Silveira esclareceu que em determinada altura em que o problema foi tratado em reunião camarária, tinha defendido a posição que então lhe parecia a mais correcta, mas em face da conclusão a que tinha chegado a Presidência, na entrevista com os representantes da Caixa Ge- ral de Depósitos, revia a posição então assumida. - - - - -

O Vogal Sr. Dr. Armando Seabra emitiu a opinião de que a cedência do edifício comercial à Caixa se reveste de interesse público, dadas as fun- ções que aquele estabelecimento desempenha na economia nacional e, nessa con- formidade, entende que se deve prestar colaboração, considerando que apenas de-

3 -

veria ser discutida a cedência se outra entidade, também de interesse público, necessitasse das aludidas instalações. - - - - -

Novamente no uso da palavra, o Vogal Sr. Dr. Gilberto Madaíl disse que ao manifestar a sua posição não visava aspectos particulares, mas considerava o aspecto global, admitindo a possibilidade de utilização do edificio em causa para um fim de maior interesse público, tanto mais que considera que a Caixa Geral de Depósitos dispõe de melhores instalações do que outros bancos, porventura com maior movimento. - - - - -

O Vogal Sr. Alberto Andrade disse que, em certa medida, concordava com a opinião do Vogal Sr. Dr. Gilberto Madaíl e manifestou o desejo de que o Vice-Presidente Sr. Orlando Cruz, dados os conhecimentos que tem da actividade bancária, prestasse esclarecimentos de carácter técnico acerca dos pontos tratados na reunião havida com os representantes da Caixa. - - - - -

O Vice-Presidente Sr. Orlando Cruz deu a conhecer que a orgânica da Caixa Geral de Depósitos difere muito da dos estabelecimentos bancários, sendo também diversos os métodos utilizados, bem como os fins prosseguidos por eles. Disse ainda que a Caixa Geral de Depósitos está virada para a pequena poupança, que os depósitos têm tendência a aumentar, que vão ser ampliados os serviços a prestar às populações, nomeadamente no domínio da habitação, e, nesse sentido, vão proceder à descentralização administrativa e à criação de gabinetes a nível regional, reconhecendo, portanto, a justeza da sua pretensão.

O Vice-Presidente Sr. Carlos Jerónimo esclareceu que existe grande diferença entre a Caixa Geral de Depósitos e a banca nacionalizada, pois os dinheiros do Estado, das autarquias locais e das diversas entidades oficiais são obrigatoriamente ali depositados e movimentados. - - - - -

Não havendo qualquer outro membro a pretender discutir o assunto, foi o mesmo posto à votação, tendo o Vogal Sr. Alberto Andrade proposto que apenas fosse tomada deliberação em ulterior sessão, após análise do problema perante a acta desta reunião e os esclarecimentos que ainda possam ser prestados acerca dos argumentos invocados pelos representantes da Caixa Geral de Depósitos. - - - - -

Por sua vez o Vogal Sr. Dr. Armando Seabra propôs que, a não se apresentar, neste momento, uma sugestão para utilização do edificio comercial para outro fim de interesse público, fosse tomada já uma deliberação. - - - - -

Postas as duas propostas à votação, a primeira foi rejeitada por maioria, com o voto favorável do Vogal Sr. Alberto Andrade, e a segunda foi

aprovada, por maioria, com o voto contra daquele Sr. Vogal. - - - - -

Seguidamente foi posto à votação o problema da cedência ou não do edifício comercial à Caixa Geral de Depósitos, sendo deliberado, por maioria, efectuar a cedência, por venda ou arrendamento, conforme resolução a tomar em face do relatório do Sr. Eng^o. Tavares da Conceição. - - - - -

Os votos discordantes pertenceram aos Vogais Srs. Dr. Gilberto Madail e Alberto Andrade, que se manifestaram contra a cedência. - - - - -

O Sr. Presidente pôs ainda a questão de saber se se deveria ou não dar conhecimento da resolução à Caixa Geral de Depósitos. - - - - -

Sobre este assunto o Vogal Sr. Dr. Armando Seabra manifestou a opinião de que não haveria inconveniente na comunicação, uma vez que se trata de um intêresse público e há sempre a possibilidade de chegar a acordo. - - - - -

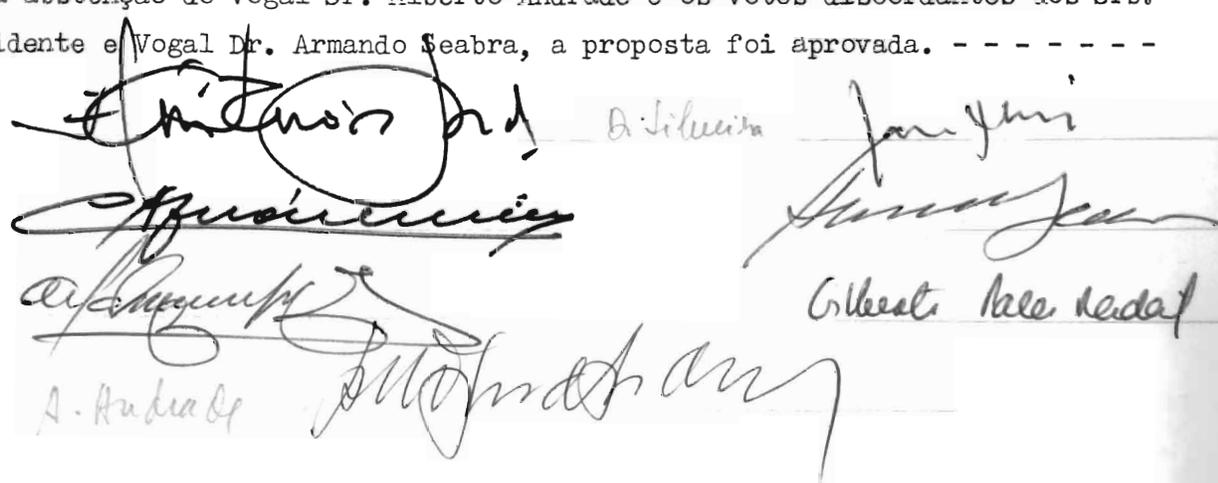
O Vice-Presidente Sr. Carlos Jerónimo emitiu a opinião de que se deveria comunicar, mas não autorizar a realização de quaisquer obras, procurando-se obter, com a maior brevidade possível, o parecer do Sr. Eng^o. Tavares da Conceição. - - - - -

O Vogal Sr. Dr. Joaquim Silveira manifestou-se em idêntico sentido ao do Sr. Vice-Presidente, mas por forma a procurar que o relatório seja apresentado já na próxima reunião, e propôs que assim fosse deliberado. - - - - -

Procedendo-se à votação das duas propostas foi deliberado, por maioria: - - - - -

1ª. Proposta - Com os votos favoráveis do Sr. Presidente e do Vogal Sr. Dr. Armando Seabra, a abstenção do Vogal Sr. Alberto Andrade e os votos discordantes dos Vice-Presidentes Srs. Carlos Jerónimo e Orlando Cruz e Vogais Drs. Gilberto Madail e Joaquim Silveira, a proposta não foi aprovada. - - - - -

2ª. Proposta - Com os votos favoráveis dos Vice-Presidentes Srs. Carlos Jerónimo e Orlando Cruz e Vogais Drs. Gilberto Madail e Joaquim Silveira, a abstenção do Vogal Sr. Alberto Andrade e os votos discordantes dos Srs. Presidente e Vogal Dr. Armando Seabra, a proposta foi aprovada. - - - - -



 Armando Seabra

 Alberto Andrade

 Gilberto Madail